

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARLOS HENRIQUE RAMOS SOARES

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA
PROPOSTA EDUCACIONAL**

Porto Alegre
2. semestre
2009

CARLOS HENRIQUE RAMOS SOARES

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA
PROPOSTA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização em Educação Especial e Processos
Inclusivos, do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador:
Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista

Porto Alegre
Agosto/2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e a minha esposa Fabíola, pelo carinho, compreensão e estímulo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. E, em especial, agradeço:

Ao professor Claudio Roberto Baptista, pela orientação que tornou possível a realização deste trabalho.

Às colegas Evanise, Bete e Mariza, pela atenção e disponibilidade demonstradas no decorrer do projeto de inclusão.

Às colegas Daniela e Melina, pelo apoio oferecido durante a realização deste Curso de Especialização.

Aos colegas e aos professores do Curso de Especialização, pela amizade e convívio durante as aulas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar o processo de implantação de um projeto de inclusão escolar para alunos surdos em uma escola municipal de Ensino Médio. Ao longo da pesquisa, buscou-se investigar os conceitos que caracterizam o sujeito surdo, o histórico de sua educação e a utilização de diferentes abordagens pedagógicas. Realizou-se um breve resgate histórico do contexto municipal onde o projeto foi implantado, identificando dados relativos aos investimentos e ações que o município tem promovido para qualificar sua rede de ensino e ampliar a escolarização de alunos com deficiências no ensino comum. No que se refere à organização geral do projeto, a análise foi pautada na presença de profissionais com conhecimentos específicos – como o conhecimento de LIBRAS – e na organização de espaços variados que combinavam a presença de alunos surdos e alunos ouvintes. O estudo teve como referência um projeto implantado em uma rede municipal de cidade que integra a região metropolitana de Porto Alegre. O período de realização da investigação foi o ano de 2008. Verificou-se que providências técnico-administrativas foram tomadas, demonstrando que, através de uma rede de apoio bem estruturada, existem possibilidades de se construir uma escola inclusiva que propicie uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades para todos os alunos, inclusive aqueles que apresentam surdez. Procurou-se, ainda, discutir a necessidade que iniciativas dessa natureza se instituem como políticas e não se restrinjam a projetos experimentais. Assim, para que novas propostas de escolarização se efetivem, será preciso trabalhar com a perspectiva de que a escola possa mudar para melhor, repensando e redimensionando suas práticas frente aos desafios que inclusão propõe.¹

Palavras-Chave: Educação Especial. Ensino Médio. Inclusão Escolar. Educação de Surdos.

¹ SOARES, Carlos Henrique Ramos. Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Médio: desafios e possibilidades de uma proposta educacional – Porto Alegre. 2009. 37f. Trabalho apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ABSTRACT

The present work has as its main goal, to describe, and to analyze the implantation process concerning to a inclusion project, which would benefit the deaf students of a public High School. During the research, the intention was to investigate the concepts that characterize the deaf people, their previous educational history, as well as the use of different pedagogical approaches. It was made a brief study of the neighborhood where the project was settled, identified the data capture, regarding to the investments, and procedures promoted by the municipal government, in order to qualify its school staff, and increase the learning process of those students that had a deficient regular education. Concerning to the project organization, the analysis was based on the knowledge of the qualified professionals who work with deaf people - using the sign language - and on the possibility of offering different environment where deaf and non-deaf students could study together. This project has as reference, another one that was settled in Porto Alegre, and the research lasted the year of 2008. It was verified the administrative, and technical procedures to the success of the mentioned project. It was clear that a good and proper support is the basis to build a qualified school, where an inclusion system can take place, and provides a good educational process, with equal rights and opportunities to all its students, including the deafs. During the research it was also discussed the importance of this kind of educational project as a governmental goal, and not as an experimental project only. Therefore, in order to get a new educational proposal, it will be necessary to work with a prospect of changing the school patterns in a positive way, thinking over and over, and widening its practices, facing all the challenges brought about the educational inclusion.²

Keywords: Special Education. High School. School Inclusion. Deaf Education.

² SOARES, Carlos Henrique Ramos. Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Médio: desafios e possibilidades de uma proposta educacional – Porto Alegre. 2009. 37f. Trabalho apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1.....	29
----------------------	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. Caracterização dos Sujeitos Surdos.....	11
2. Dados Estatísticos sobre a Prevalência da Surdez.....	14
3. Histórico da Educação dos Surdos.....	15
4. Políticas Públicas e suas Influências nas Abordagens Pedagógicas Atuais.....	19
5. Gravataí: uma cidade em movimento.....	22
6. Projeto de Inclusão de Surdos no Ensino Médio.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

O texto apresentado a seguir é fruto de questionamentos e inquietudes que vêm acontecendo ao longo da minha formação acadêmica e profissional. Nesse sentido, considero importante compartilhar alguns aspectos que me constituem como aluno/professor/pesquisador e que marcam esta trajetória que tenho trilhado ao longo dos últimos anos.

Assim, após o término de minha graduação em Educação Física, direcionei minha carreira profissional para a área da Educação Especial e Inclusão Escolar. Esse fato me levou a participar de cursos de extensão e de congressos ligados a essa temática.

No ano de 2005, participei do curso de Preparação de Professores na Área da Surdez: Educação Infantil e Séries Iniciais, oferecido pela Universidade Luterana do Brasil. Em 2007, realizei três Cursos de Extensão dentro desta temática de Educação Especial e Inclusão Escolar. O primeiro curso foi de Língua Brasileira de Sinais, oferecido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. Logo depois, participei do curso de Capacitação de Professores para Atender Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, realizado no Centro Universitário La Salle. E, por fim, o terceiro curso que participei foi o de Educação Especial e Inclusão Escolar: da teoria à prática, promovido pelo Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar (NEPIE), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS).

É importante ressaltar que foi o último curso de Extensão, realizado no ano de 2007, que me deu oportunidades de conhecer mais detalhadamente os trabalhos desenvolvidos pelo NEPIE relativos a essa temática. Desse modo, as leituras, os filmes e os debates desenvolvidos no decorrer do curso motivaram a minha inscrição no processo de seleção para o primeiro Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com início para março de 2008.

Para a minha felicidade, neste mesmo período, além de ter sido aprovado na seleção do Curso de Especialização, fui convidado para trabalhar como professor de Educação Física em um projeto de inclusão de alunos surdos no Ensino Médio. Esta proposta estava sendo implantada pelo município de Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre.

O interesse por investigar esta temática foi se construindo a partir de minhas vivências como professor do projeto e como aluno do curso de especialização. Diante disto, a necessidade de aprofundamento e esclarecimento de questões como surdez, educação para

surdos, inclusão escolar, atendimento educacional especializado, Ensino Médio, etc., levaram-me a buscar subsídios teóricos para o melhor entendimento da complexidade desta proposta de escolarização.

Foi por esta razão que, ao longo da pesquisa, procurei investigar os conceitos que caracterizam a surdez e o sujeito surdo, encontrando nos trabalhos de Butugan et al. (2000), Cecatto et al. (2003), Pfeifer (2003) e Bisol et al. (2008), duas abordagens bem distintas, que ora privilegiam definições mais clínicas, ora abordam esta condição vivenciada pelos sujeitos como uma diferença cultural.

Na sequência, utilizando como referência os trabalhos realizados por Soares (1999), Januzzi (2004) e Reily (2007), procurei apontar momentos importantes da história da educação dos surdos, desde o início da Idade Moderna até os dias atuais. Além disso, foi feito uso também das pesquisas realizadas por Quadros (1997), Lacerda (1998), Capovilla (2000 e 2002) que retratam as diferentes metodologias de ensino que fundamentaram as propostas de escolarização desses alunos durante este período.

Para complementar o trabalho de investigação, foi feito um levantamento de informações sobre o desenvolvimento do município de Gravataí. Realizei um breve resgate histórico do contexto municipal onde o projeto foi implantado, identificando dados relativos aos investimentos e às ações que a cidade tem promovido para qualificar sua rede de ensino e ampliar a escolarização de alunos com deficiências na última etapa da Educação Básica. Serviram de base para este momento do trabalho os estudos de Fernandes (2008), os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (2004), os relatórios produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (2009) e informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Finalizando este trabalho de pesquisa, descrevi o projeto de inclusão de alunos surdos no Ensino Médio, apresentando algumas providências técnico-administrativas tomadas pelo Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a equipe diretiva da escola, a fim de estruturar uma ampla rede de apoio que propiciasse uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Assim, levando em consideração a importância dessa temática e a dualidade de perspectivas que tem ocorrido no Brasil, o presente trabalho objetiva descrever e analisar um projeto específico de inclusão escolar para alunos surdos no Ensino Médio, para, assim, discutir se as necessidades desses alunos podem ser contempladas caso existam ambientes sociais e linguísticos favoráveis que respeitem as suas singularidades.

Desse modo, ciente de que existem, na literatura, poucos estudos sobre essa prática educativa, e que, os que foram feitos, apontam na sua maioria, para uma proposta de educação em escolas especiais, o desenvolvimento desse projeto justifica-se pelo fato de buscar alternativas para o acesso desses alunos no Ensino Médio na perspectiva da educação inclusiva.

1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS

Inicialmente, procuro apresentar as terminologias utilizadas para caracterizar a surdez, pois acredito ser importante estabelecer uma reflexão sobre como são entendidos os diferentes conceitos que encontramos atualmente na literatura. De acordo com Dias et al. (2007), tais conceitos vêm provocando discussões que ora privilegiam definições mais clínicas e em outros momentos, abordam esta condição vivenciada pelos sujeitos como uma diferença cultural.

Estudos realizados por Pfeifer (2003) e Alpendre (2008) nos mostram que, dentro de uma concepção clínica, também chamada de modelo clínico-terapêutico, a surdez é vista como uma deficiência a ser tratada. Segundo esses autores, neste caso, todas as ações são realizadas na tentativa de reabilitar a pessoa com deficiência auditiva, utilizando-se dos preceitos da Medicina para se obter os melhores resultados na tentativa de fazer esta pessoa voltar a escutar.

Sob esta ótica, Butugan et al. (2000) descrevem, em seu estudo, que o ouvido é um órgão fundamental na comunicação humana. Segundo os autores, a criança com uma audição normal pode adquirir e desenvolver a linguagem tranquilamente, ao passo que uma criança com deficiência auditiva fica impossibilitada de se comunicar e pode tornar-se introvertida e isolada por não compreender e por não ser compreendida.

Desta forma, é evidente que o modelo clínico-terapêutico induz a uma relação direta entre a deficiência auditiva e certos problemas emocionais, sociais, lingüísticos e intelectuais, como se eles fossem inerentes à surdez. Assim, percebe-se que o insucesso na aquisição e no desenvolvimento da linguagem oral é atribuído à própria deficiência, que limita as capacidades de comunicação destas pessoas.

Nesta perspectiva, o nível da perda auditiva é baseado na unidade de medida denominada decibel (dB), que indica a intensidade e o volume dos sons. Segundo Zanata (2004), a classificação por decibéis encontrada em documentos oficiais do nosso país está baseada em orientações do *Bureau International d'Audiophonologie*³. Dessa forma, o diagnóstico é realizado através do exame de audiometria, que classifica a surdez quanto ao grau de comprometimento (intensidade da perda auditiva). Assim, seguindo os parâmetros do BIAP, é considerada surdez leve a perda auditiva de até 40 dB; surdez moderada a perda entre

³ De acordo com Zanata (2004), *Bureau International d'AudioPhonologie* é um órgão internacional, de origem belga, que reúne diversas associações, grupos de estudos e delegações, os quais discutem e formulam orientações para a área audiológica.

40 dB e 70 dB; surdez severa a perda entre 70 dB e 90 dB e surdez profunda a perda superior a 90 dB.

O documento *Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos*, elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC), conceitua os diferentes níveis de surdez da seguinte maneira:

[...] a surdez leve impede que a pessoa perceba igualmente todos os fonemas das palavras, levando-o a solicitar que sejam repetidas as falas dirigidas a ele, porém, ela não impede a aquisição da língua oral, embora possa ocasionar problemas na articulação da leitura e na escrita; na surdez moderada, a pessoa escuta os sons mais altos, sendo necessária uma voz significativamente alta para que seja percebida, neste caso é muito freqüente o atraso lingüístico das crianças, que geralmente demonstram-se desatentas e com dificuldades no aprendizado da leitura e escrita; na surdez severa, a pessoa terá grandes dificuldades para adquirir a fala, a compreensão verbal neste caso vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações, também poderá existir a necessidade de uso de aparelho auditivo e acompanhamento de profissionais especializados e na surdez profunda a criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral, só respondendo auditivamente a sons muito intensos (bomba, tiro, outros), necessitando também o uso de aparelhos amplificadores e atendimento com profissionais especializados (BRASIL, 2005, p. 16-17).

De acordo com PARVING (1995), MENDONÇA (1999), BUTUGAN et al. (2000), OLIVEIRA et al. (2002), CECATTO et al. (2003) e SILVA et al. (2006), é possível dizer que, quanto à etiologia, a surdez pode ser de origem *pré-natal* – surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, por doenças adquiridas durante a gestação e pela exposição da mãe a drogas ototóxicas⁴ -, *peri-natal* - surdez provocada mais freqüentemente por parto prematuro ou por traumas durante o parto – e *pós-natal* – surdez provocada por doenças adquiridas ao longo da vida.

Em todos os estudos citados anteriormente, a rubéola congênita aparece como a principal causa pré-natal de perda auditiva. Silva et al. apontam, em suas pesquisas, que ela é responsável por 32% dos casos de surdez, seguida pela meningite, responsável por 20%. Na pesquisa realizada por Cecatto et al., a rubéola também aparece como sendo a principal causa, respondendo por cerca de 23% dos casos.

Outro fator interessante, que contribui para o aumento dos casos de surdez é o emprego abusivo de drogas ototóxicas. Segundo Silva et al., essas drogas são responsáveis por cerca de 6% dos casos. Esses autores destacam também que a hereditariedade (pai ou mãe surdo) e icterícia neonatal apresentam incidência de 6%.

⁴ Segundo Moussalle et al. (1997), drogas ototóxicas são medicamentosas que alteram o ouvido interno (labirinto), que em sua maioria são os antibióticos usados para o tratamento de broncopneumonias. Segundo os autores, essas drogas podem afetar o sistema coclear ou o sistema vestibular ou ambos, alterando duas funções importantes do organismo: a audição e o equilíbrio.

Diante desses dados, vale ressaltar que a alta incidência de fatores pré-natais alerta para a necessidade de reavaliar nossos serviços de saúde. Assim, devemos progredir tanto nos cuidados com a mãe durante a gestação (acompanhamento pré-natal de qualidade), quanto nas ações que promovam a saúde do bebê nos primeiros anos de vida (vacinas, amamentação, etc.).

Como foi apontado no início do capítulo, outro conceito vem sendo construído para entender a surdez como uma diferença cultural e não mais como uma patologia médica, edificando-se, assim, outras práticas e representações.

Conforme Pfeifer (2003), esta nova tendência é chamada de visão sócio-antropológica da surdez. Segundo a autora, essa visão surgiu em meados dos anos 60, passando a tratar a surdez como uma diferença cultural, que concebe o sujeito surdo como componente de uma comunidade linguística minoritária, a qual faz uso da língua de sinais como forma de comunicação.

Nesta perspectiva, Behares (1993) afirma que o sujeito surdo não é diferente só porque não ouve, mas também porque desenvolve potencialidades psicoculturais diferentes das dos ouvintes. Para Bisol et al. (2008), esta concepção de surdez encontra suporte nas tentativas mais recentes de não ver a deficiência como uma tragédia individual a ser superada.

Conforme esses autores, a mudança de concepção de uma visão clínico-terapêutica para uma visão sócio-antropológica da surdez possibilitará a construção da subjetividade do sujeito surdo por meio de experiências cognitivas mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais seus principais meios de concretização.

Entretanto, apesar de valorizar as capacidades e as potencialidades destes sujeitos, é preciso estar ciente de que a perda auditiva existe, e que segundo Bueno (1998), ela não é uma invenção dos ouvintes. Devemos, também, trabalhar no sentido de prevenir as prováveis causas da surdez, exigindo políticas públicas de saúde mais eficientes, para, assim, diminuir os atuais índices de prevalência desta deficiência.

2. DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA SURDEZ

Segundo levantamento feito por Dias et al. (2007), a surdez em seus diversos graus afeta cerca de 10% da população mundial. No entanto, conforme as pesquisadoras, a distribuição geográfica dos casos não é homogênea, pois se reflete na desigual distribuição de riqueza e renda. O estudo mostra que, nas áreas mais ricas, existe uma relação de uma pessoa surda para cada 1.000 habitantes. Por outro lado, nos países mais pobres, a relação pode ser de quatro pessoas com algum grau de surdez para cada 1.000 habitantes.

Conforme os dados do IBGE (2000), no Brasil, há 5.750.809 pessoas com problemas relacionados à surdez. Destes, 519.560 estão na faixa etária de zero a 17 anos e 276.884 na de 18 a 24 anos.

Com relação aos índices educacionais, o censo escolar de 2006 aponta que existem matriculados na educação básica cerca de 69.420 alunos surdos. Destes, 21.362 alunos estavam frequentando as aulas em escolas especiais, 12.213 estudavam em classes especiais de escolas regulares, 16.554 em classes comuns com atendimento educacional especializado, e 19.291 estavam matriculados em classes comuns, sem atendimento educacional especializado.

Analisando estes dados, percebemos que apenas 13,27% das pessoas surdas que estão em idade escolar estão matriculados na Educação Básica. Destes, em torno de 70% frequentam a escola comum. No entanto, uma parcela significativa desses alunos não tem nenhum atendimento educacional especializado.

Estes números deixam à mostra a necessidade e urgência de uma revisão das políticas educacionais oferecidas para essa população. Afinal, de acordo com a legislação educacional vigente, é preciso garantir o acesso e a permanência dessas pessoas na escola regular, respeitando suas especificidades.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Há muito tempo a educação de surdos tem sido motivo de pesquisas e questionamentos. Conforme Soares (1999), desde o início da Idade Moderna, os sujeitos surdos, assim como as demais pessoas com deficiência, foram alvos tanto da atenção médica, quanto da atenção religiosa. Segundo a autora, o atendimento médico se dava porque a surdez se constituía como um desafio para a medicina da época, uma vez que esse tipo de deficiência estava relacionado a uma anomalia orgânica. A atenção religiosa, por sua vez, se devia ao fato de que a ajuda aos desvalidos fazia parte dos preceitos religiosos solidariedade com o próximo.

Gerolamo Cardano (1501-1576), matemático, médico e astrólogo italiano, é apontado nos estudos de Soares como um dos primeiros educadores de surdos. Apesar de seus estudos se referirem mais à parte fisiológica, com pesquisas relacionadas à condução óssea do som, Cardano foi um dos primeiros a afirmar que a escrita poderia representar os sons da fala ou representar idéias do pensamento. Ele acreditava que a surdez não se constituía em um impedimento do processo de aprendizagem do sujeito surdo.

Nesta mesma época, segundo os estudos realizados por Reily (2007), o monge Pedro Ponce de León (1520- 1584) foi reconhecido como o primeiro professor religioso de surdos, tendo consolidado um trabalho de ensino de filhos surdos da aristocracia espanhola dentro do mosteiro beneditino de São Salvador em Oña. A autora destaca que, neste trabalho desenvolvido por Ponce de Leon, ocorreu, pela primeira vez, o cruzamento histórico dos sinais monásticos com os sinais caseiros praticados pelos surdos.

Na segunda metade no século XVIII, o abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) destacou-se na história da educação dos surdos por ter reconhecido a necessidade de usar sinais como ponto de partida para o ensino. Ao transformar sua casa em uma escola para surdos, L'Épée aprimorou a linguagem de sinais porque viu-se obrigado a criar uma linguagem mímica universal que permitia a realização de uma instrução rápida, que possibilitasse a esses surdos transformarem-se em sujeitos “úteis para a sociedade” (SOARES, 1999, p. 31). Desta maneira, diferentemente de Ponce de León, que conhecia intimamente os sinais beneditinos, L'Épée, segundo as palavras de Reily, o abade teve seu contato com sinais por intermédio dos surdos, e, dessa forma, criou mímicas para negociar com seus alunos.

É importante destacar que L'Épée foi o fundador do Instituto Nacional dos Surdos Mudos de Paris. Um de seus grandes méritos foi ter permitido que o acesso às suas aulas fosse

aberto ao público e a outros educadores. Essa concessão teve como resultado a ampla divulgação de seus métodos, o que influenciou toda a educação de surdos, interferência que acontece até hoje.

L'Épée também estabeleceu programas de ensino/treinamento para estrangeiros que pretendiam levar os métodos de ensino para os seus respectivos países. Desta maneira, seu trabalho contribuiu para a abertura de escolas de surdos ao redor do mundo.

Outro médico que teve um papel importante na educação de surdos foi Jean Itard (1775-1838), que trabalhou no Instituto de Surdos Mudos de Paris durante quase 40 anos. Werner (*apud* SOARES, 1999, p. 32) afirma que Itard conseguiu derrotar, na França, a aversão pelo método fonético, que visava à aquisição da fala e ao aproveitamento dos restos auditivos dos sujeitos surdos.

Segundo Capovilla, na segunda metade do século XVIII, havia dois métodos bem distintos utilizados na educação dos surdos. Conforme o autor, “o método francês baseava-se na linguagem gestual fundamentada pelos estudos de L'Épée como método de ensino; no entanto, o método alemão difundido por Heinicke enfatizava o desenvolvimento da oralização⁵” (2000, p. 101).

No final do século XIX, mais precisamente no ano de 1880, aconteceu em Milão na Itália o Congresso Internacional sobre Educação de Surdos. Nesse encontro a visão oralista se impôs, com a argumentação de que só a fala permite a integração do surdo à vida social e que os sinais prejudicam o desenvolvimento da linguagem, bem como a precisão de idéias. A partir desse encontro o ensino da fala ocupou a centralidade do trabalho pedagógico (INES, 2007).

No Brasil, segundo Soares (1999) e Januzzi (2004), o processo de escolarização de surdos iniciou no ano de 1857, com a criação do Instituto de Surdos-Mudos do Brasil. Neste ano, com o apoio de D. Pedro II, o educador de surdos francês Edouard Huet chegou ao Rio de Janeiro incumbido de organizar o primeiro educandário para o ensino de surdos do país.

Com o passar dos anos, vimos que a principal finalidade do Instituto de Surdos-Mudos do Brasil era buscar a profissionalização dos seus alunos com o ensino de ofícios artesanais (carpinteiro, pintor, sapateiro, etc.). Para Soares, esta proposta é respaldada através das declarações de um importante professor do instituto, chamado Dr. Menezes Vieira. Conforme a autora, este professor, por conhecer bem a realidade educacional brasileira, declarava que era um desperdício alfabetizar um surdo num país de analfabetos.

⁵ De acordo com Borges (2004), essa abordagem educacional objetiva fazer a pessoa surda utilizar a modalidade oral como forma de comunicação da maneira mais semelhante possível ao modelo ouvinte.

Algumas décadas depois, mais precisamente nos anos 50, bem perto das comemorações de seu centenário, o Instituto de Surdos-Mudos do Brasil passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES). Nesta época, sob a gestão da professora Ana Rímoli, o instituto desenvolveu o primeiro Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, com o objetivo de formar educadores de surdos em todo o território nacional.

Soares relata que, apesar de formar novos educadores e espalhá-los pelo Brasil, a metodologia de ensino empregada pelo INES primava pela aquisição da linguagem oral e leitura labial por parte dos alunos surdos e, que, somente depois, eram introduzidos os conteúdos básicos do currículo escolar. Segundo Borges (2004), essa metodologia fazia os alunos surdos ficarem, no mínimo, quatro anos atrasados em relação aos alunos ouvintes.

De acordo com Lacerda (1998), essa foi a realidade até meados dos anos 60, quando o avanço de pesquisas sobre línguas de sinais deu origem a novas propostas pedagógicas. A tendência que ganhou impulso nessa época foi chamada de *comunicação total*.

Segundo Capovilla (2002), essa abordagem educacional advoga o uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais até a linguagem de sinais. Conforme esse autor, o principal objetivo dessa metodologia era auxiliar na compreensão da língua falada e, assim, melhorar o desempenho do surdo na leitura e na escrita.

Desta maneira, de acordo com Lacerda (1998), a comunicação total pode utilizar tanto os sinais retirados da língua de sinais, quanto os sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada. Assim, tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e, posteriormente, da leitura e da escrita.

Citando Quadros (1997), pode-se afirmar que, com o passar do tempo, esse sistema demonstrou não ser eficiente para o ensino da Língua Portuguesa, pois estudos apontaram que as crianças surdas continuavam com defasagem tanto na leitura e na escrita, como nos conhecimentos dos conteúdos escolares. De acordo com a autora, esses problemas fizeram outra tendência, denominada bilinguismo, surgir como uma nova proposta educacional para os alunos surdos.

De acordo com Quadros (2006), ao optar por oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. Neste caso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua de instrução e o Português é ensinado como segunda língua.

Como se percebe nesse percurso educacional, constantes investigações, sob diferentes perspectivas, buscaram meios para favorecer o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo no espaço escolar. Dessa forma, sob o enfoque de uma abordagem pedagógica bilíngüe, podemos encontrar atualmente na literatura duas tendências de escolarização que caminham em direções opostas. Estão apresentados, a seguir, alguns pontos importantes destacados por essas diferentes perspectivas, bem como suas influências na elaboração de novas propostas educacionais.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ABORDAGENS PEDAGÓGICAS ATUAIS

As políticas públicas de educação têm instituído a proposta de inclusão no sistema regular de ensino de alunos historicamente marginalizados, entre eles os alunos surdos. Essa nova realidade fomenta reflexões de ordem conceitual e prática. Se por um lado temos, ainda, muito presente a visão clínica baseada no *déficit* e que considera o desenvolvimento humano como único e universal, por outro, temos o encontro com a diferença, o que possibilita a busca por novas práticas que eliminem as barreiras impeditivas da inclusão desses alunos na escola regular.

Na tentativa de contribuir para a compreensão do que estava sendo realizado no município de Gravataí, busquei na literatura o que as pesquisas diziam sobre esta temática. O que percebi foi que, sem dúvidas, a inclusão de alunos surdos na escola regular é um tema gerador de muitas polêmicas, com vertentes teóricas bem distintas.

Uma destas vertentes é encontrada nos trabalhos realizados por Perlin (1998), Skliar (1999) e Miranda (2007). Nestes estudos, se faz presente a posição de que a escola inclusiva não supre o direito que os alunos surdos têm de ter uma educação de qualidade, em um ambiente social e lingüístico favorável e que respeite as suas singularidades.

Nessa perspectiva teórica, Skliar afirma que não existe uma teoria lingüística, didática ou pedagógica que possa justificar a prática de inclusão de crianças surdas na escola regular. Segundo o autor, as políticas de inclusão são representações dominantes da normalidade, podendo ser traduzidas como práticas colonialistas dos ouvintes sobre os surdos.

Perlin ressalta que a identidade surda se constrói através do convívio de surdos com outros surdos. De acordo com a autora, isto acontece com a possibilidade de reconhecimento da surdez não mais como uma patologia que necessite ser normalizada para que o sujeito surdo se adapte ao modelo ouvinte, mas como uma nova possibilidade lingüística, baseada na experiência visual.

Miranda, ao concluir sua tese de doutorado, demonstra um sentimento que vai ao encontro destes estudos:

Sonhamos com a viagem fantástica no amanhã dentro da faculdade para surdos no mundo dos surdos em relação à educação de surdos com a própria política surda, os outros – os ouvintes – não precisam incluir-se (MIRANDA, 2007, p. 140).

As posturas contrárias à inclusão adotadas por estes autores geram polêmicas entre muitos estudiosos e profissionais da área da educação.

Bueno (2001), Reily (2001), Borges (2004), Damázio (2005) e Schneider (2006) reconhecem que existem barreiras que dificultam o andamento do processo de inclusão de surdos. Porém, eles demonstram crer na possibilidade de se construir uma escola inclusiva que propicie uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades para todos os alunos.

De acordo com Damázio, esta igualdade de oportunidades só será possível de fato, se for respeitado o direito fundamental da pessoa surda de não ser discriminada em razão da língua utilizada por ela, neste caso, a LIBRAS.

No Brasil, a legislação vigente relativa à educação de surdos aponta ser fundamental a implantação de espaços bilíngues para o atendimento educacional desta população. Deste modo, o reconhecimento da LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão encontra respaldo na Lei nº 10.436/2002, que a legitima como língua oficial dos surdos brasileiros. No entanto, é com o Decreto nº 5.626/2005 que esta lei é regulamentada, e nele são estabelecidas mudanças significativas no âmbito educacional, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência das pessoas surdas na escola.

Ainda no ano de 2005, entidades representativas⁶ ligadas à educação dos surdos, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, elaboraram um importante documento, cujo objetivo principal era reestruturar a política educacional para surdos nesse Estado, buscando articular com a sociedade formas de atendimento que assegurem a inserção do surdo e o respeito a sua singularidade.

Dentre as principais reivindicações encontradas neste documento, podemos destacar: a criação de escolas com classes especializadas para surdos; turmas com LIBRAS e professor bilíngue; criação de Escolas-Pólo com turmas mistas de surdos e ouvintes com intérpretes de LIBRAS e suporte específico para atendimento aos profissionais que irão atuar com este grupo, com o objetivo de difundir a LIBRAS, para assim criar um ambiente linguístico adequado ao desenvolvimento do aluno surdo dentro da escola regular.

Diante disso, a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz importantes avanços à inclusão de surdos dentro de uma perspectiva bilíngue. O atendimento educacional especializado previsto na “nova política” deve ser realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da LIBRAS e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Assim, caberá

⁶ Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para o atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Estado do Rio Grande do Sul (FADERS) e escolas de surdos.

aos sistemas de ensino disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete (BRASIL, 2008, p. 17).

Assim, é possível entender que uma proposta de educação que supere a visão clínico-terapêutica da surdez e que veja o aluno surdo como um sujeito de direito que faz parte de uma minoria linguística exige rupturas no atual sistema educacional, que muitas vezes não reconhece e não respeita as diferenças.

Como é apresentado a seguir, este é o caminho que o município de Gravataí está procurando trilhar na busca de uma educação de qualidade, que propicie aos seus alunos acesso e permanência a todas as etapas da Educação Básica.

5. GRAVATAÍ: UMA CIDADE EM MOVIMENTO

De acordo com Fernandes (2008), a cidade de Gravataí, até os anos 60, configurava-se como um município de economia essencialmente agrícola. No entanto, conforme esse autor, a elaboração de uma política de benefícios fiscais e a construção de um parque industrial, durante a década de 70, fizeram diversas indústrias de médio e grande porte se instalarem no município.

Conforme o relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMEDT, 2004, p.11), atualmente, o setor industrial responde praticamente pela metade do número de empregos formais da cidade, com 48,45% do total de vagas. Este novo perfil, ligado à produção industrial, elevou os índices referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita* a níveis que colocaram o município na 5ª posição do *ranking* estadual de arrecadação em 2008.

Fernandes ressalta que, atualmente, a população de Gravataí está estimada em 270.763 habitantes, número bem superior se comparado com os 52.462 moradores existentes no início do processo de industrialização da cidade. Segundo esse autor, os atuais índices econômicos foram alcançados devido aos grandes investimentos na infra-estrutura⁷ do município, em consonância com o constante crescimento populacional.

Desse modo, estão destacados, a seguir, os investimentos que o município fez no âmbito educacional, de acordo com dados fornecidos pelo INEP⁸ e pela Secretaria Municipal de Educação (SMED).

A rede municipal de ensino de Gravataí é a 3ª maior do Estado, ficando atrás apenas da capital Porto Alegre e da cidade de Caxias do Sul. Conforme o censo escolar de 2008, 27.829 alunos estão matriculados nas nove escolas de Educação Infantil, 66 escolas de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio que compõem a rede.

No campo da gestão de políticas públicas de educação, o município de Gravataí vem, ao longo dos últimos 12 anos, debatendo o tema “*A Escola que a Cidade quer*”⁹, através da

⁷ Segundo ZMITROWICZ e NETO (1997), o conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas é conhecido como infra-estrutura urbana. Os autores definem estas funções sob os seguintes aspectos: aspecto social, que almeja promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança; aspecto econômico, que deve propiciar o desenvolvimento de atividades de produção e comercialização de bens e serviços e aspecto institucional, que deve oferecer os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas da própria cidade.

⁸ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Ministério da Educação – Disponível em: <<http://www.inep.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

⁹ Termo utilizado pelas quatro gestões da Administração Popular, com predomínio do Partido dos Trabalhadores, que administram o município desde 1997.

constituição de um processo educacional que apresenta a Cidade Educadora¹⁰ como eixo propagador de novas propostas educacionais. Nesta perspectiva, durante este período, o município organizou importantes espaços de discussão sobre o desenvolvimento de uma Educação Básica de qualidade.

Em novembro de 1998, foi realizado o 1º Congresso Municipal de Educação, que apontou a gestão democrática do ensino como um dos princípios a serem adotados pela rede municipal. De acordo com os anais deste congresso, a gestão democrática estaria ligada ao exercício pleno da cidadania no espaço público escolar, possibilitando ao cidadão (educandos, pais/responsáveis, educadores e funcionários) atuar na produção das políticas educativas e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

Nos anos de 2003 e 2007, aconteceram, respectivamente, o 2º e o 3º Congressos Municipais de Educação. Estes eventos constituíram espaços de diálogos que colaboraram para a consolidação da gestão democrática como política de educação no município.

Em novembro de 2005, foi promovido pela SMED o 1º Encontro Internacional de Educação, com o apoio do MEC e da UNESCO. Neste evento, as discussões giravam em torno do eixo “Educação Básica no Brasil e no Mundo: uma reflexão necessária”. O encontro contou com a participação de educadores de 15 países, que através de suas práticas pedagógicas, procuraram mostrar que existem alternativas para o desenvolvimento de uma Educação Básica de qualidade.

O ano de 2006 também foi marcante para a educação municipal de Gravataí, pois, no dia 2 de janeiro, foi sancionada a Lei nº 2456, a qual dispõe sobre a criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino. De acordo com a SMED (2006), a institucionalização deste Sistema promoveu a aceleração dos encaminhamentos de processos educacionais que antes eram enviados ao Conselho Estadual de Educação, bem como atendeu às peculiaridades do município no que se refere, por exemplo, à autorização do funcionamento de novas instituições de ensino.

No ano de 2007, ocorreu o 2º Encontro Internacional de Educação, tendo como tema central: “Práticas e Teorias: novos rumos da educação popular para a Educação Básica”.

¹⁰ O conceito de Cidade Educadora foi divulgado em 1990, em Barcelona, na Espanha, durante o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, tendo como principal objetivo adotar a educação como direito fundamental de todos os cidadãos. Na ocasião, foi firmada uma carta de intenções com o compromisso de criar mecanismos institucionais que possibilitem a utilização do espaço urbano como instrumento de ensino, o acesso de todos os moradores aos meios de formação e desenvolvimento pessoal, a educação para a diversidade e para a saúde. No total, cerca de 340 cidades de 34 países fazem parte da rede das Cidades Educadoras. No Brasil, além de Gravataí, participam desta rede as cidades de São Paulo, Sorocaba, Santo André, São Carlos, Piracicaba, Porto Alegre, Caxias do Sul, Cuiabá, Belo Horizonte e Campo Novo dos Parecis.

Nesta edição, os organizadores utilizaram as práticas e experiências exitosas trazidas pelos participantes do encontro como elementos disparadores dos debates.

Os efeitos destes debates foram: a garantia de eleições diretas para o conselho escolar e para diretores das escolas municipais, com participação de todos os seguimentos da escola; a garantia de autonomia da comunidade escolar para definir seu Projeto Político Pedagógico de acordo com os princípios emanados no Congresso Municipal de Educação e a autonomia financeira, garantida por meio de repasses de verbas a partir do plano de aplicação, em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Além dessas mudanças, é possível destacar algumas ações que o município tem realizado para ampliar o acesso de alunos na Educação Básica. Elas são percebidas principalmente quando analisamos a evolução do número de matrículas existentes na rede de ensino e as ações realizadas nas áreas da Educação Especial e do Ensino Médio.

Quanto ao aumento da oferta de vagas, os dados apresentados pelo INEP¹¹ mostram que, em 1997, havia 22.711 alunos matriculados na rede municipal de ensino. Atualmente, de acordo com o censo escolar de 2008, existem 27.829 matrículas. Assim sendo, foram criadas 5.118 vagas nos últimos 12 anos, perfazendo um aumento de cerca de 20% no número de alunos atendidos pelo município.

Em relação à Educação Especial, existem, atualmente, 775 alunos com deficiência matriculados nas escolas da rede municipal¹². Destes, 252 frequentam a Escola Municipal de Educação Especial Cebolinha, 100 estão matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos e 423 alunos estão nas escolas regulares.

A fim de qualificar o atendimento educacional desses alunos, a prefeitura de Gravataí vem habilitando-se para participar de programas oferecidos pelo MEC na área da Educação Especial e inclusão escolar. Destacam-se nesses programas: a implantação de cinco salas de recursos multifuncionais¹³, com a previsão de implantar mais 10 unidades até o final de 2009; a inserção de escolas no programa Escola Acessível¹⁴; e a capacitação de profissionais em cursos de pós-graduação à distância, ministrados pela Universidade Aberta do Brasil¹⁵.

¹¹ Fonte: Censo Escolar de 2008. Disponível em: <<http://www.inep.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

¹² Fonte: Gravataí/Secretaria Municipal de Educação – SMED (2008).

¹³ Este programa é desenvolvido pelo MEC e apóia os sistemas de ensino na implantação de salas com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. A intenção é atender, com qualidade, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, onde os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP. Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

Ao longo do período de realização deste trabalho, houve, também, uma reunião envolvendo parte da equipe responsável pela gestão da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí e o núcleo de pesquisa¹⁶ ao qual integra a presente investigação. Este encontro permitiu que vários elementos presentes neste estudo pudessem ser esclarecidos.

De acordo com as representantes da Secretaria de Educação, o município conta, atualmente, com uma proposta de formação continuada organizada pelo Núcleo de Educação Especial, que pretende capacitar os professores e as equipes diretivas de todas as escolas. Estas formações têm como finalidade qualificar o trabalho pedagógico dos professores e a gestão do atendimento educacional especializado dentro da escola.

Além dessas ações, os alunos com deficiência, matriculados na rede regular de ensino contam com o apoio de monitores dentro das salas de aula. Atualmente, de acordo com os dados fornecidos pela SMED (2009), estão trabalhando na Rede Municipal de Ensino aproximadamente 120 monitores.

O último ponto a ser destacado se refere aos investimentos que a prefeitura de Gravataí realiza no Ensino Médio. No entanto, para que possamos compreender melhor a relevância desses investimentos, acredito ser necessário descrever alguns dados sobre a situação dessa modalidade de ensino no contexto educacional atual.

De acordo com o MEC (2008b), o Ensino Médio no Brasil corresponde à etapa final da Educação Básica e integraliza a formação que todo o brasileiro deve ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta. No entanto, este documento aponta que apenas 32% da população da faixa etária entre 15 e 17 anos encontram-se matriculados nessa etapa de ensino.

¹⁴ O programa Escola Acessível busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino. As escolas interessadas em participar devem apresentar suas demandas de acessibilidade no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). Em 2009, serão priorizadas 27 mil escolas. Entre 2007 e 2008 foram atendidas 2.543 escolas. Os recursos serão repassados à unidade executora, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

¹⁵ A Universidade Aberta do Brasil é um programa da Diretoria de Educação à Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC. Este programa tem como finalidade promover a formação e a capacitação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, com a utilização de metodologias da educação à distância. Dentre as suas atribuições, encontram-se atividades de articulação das instituições de ensino superior públicas para a oferta de cursos de superiores à distância em pólos de apoio presencial, prioritariamente distribuídos em municípios do interior do país. Atualmente, 32 profissionais da Rede Municipal de Educação de Gravataí estão realizando dois cursos de Pós-graduação à distância: 20 realizam o curso na área da Deficiência Mental, pela Universidade Federal de Alagoas, e 12 realizam o curso de Déficit Cognitivo e Educação para Surdos, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria. Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

¹⁶ NEPIE- Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com relação à oferta de vagas, a legislação educacional¹⁷ determina que a oferta gratuita do ensino médio seja responsabilidade prioritária dos sistemas de ensino estaduais. Dessa maneira, ao analisar os dados do censo escolar de 2006, é possível notar que esses sistemas respondem atualmente pela oferta de 85,2% das matrículas existentes.

Diante desse contexto, Gravataí destaca-se como sendo uma das poucas cidades gaúchas que mantém em sua rede municipal de ensino uma escola de nível médio. Hoje, surpreendentemente, das 1.344 escolas que oferecem essa etapa de ensino no Rio Grande do Sul, apenas 23 são municipais¹⁸, que estão distribuídas em apenas 14 municípios.

Além disso, é importante dizer que, quanto à presença de pessoas com deficiência nessa etapa da escolarização (de acordo com o censo escolar de 2006), considerando as matrículas da Educação Especial, somente 2% dos 700.624 alunos matriculados na Educação Básica estão cursando o ensino médio.

Ao analisar estes dados, Moreira e Tavares dizem que

Este percentual demonstra um quadro de usurpação do princípio de acesso a esse nível de ensino, que necessita ser investigado e revisto com urgência, pois revela a dupla exclusão de um nível de ensino e de uma modalidade escolar que historicamente mantiveram-se à margem das políticas públicas educacionais. Este quadro de exclusão educacional e social, certamente passa pela inconsistência de políticas educacionais que não contemplaram estratégias que garantissem o acesso e a permanência para a totalidade da educação básica (2009, p. 196).

Contrariando esta tendência, os investimentos feitos pela cidade de Gravataí nessa etapa de ensino indicam a construção de uma política pública municipal de educação que procura contemplar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, em todas as etapas da Educação Básica.

Nessa perspectiva, uma das ações que qualificam o atendimento educacional especializado oferecido aos alunos matriculados no Ensino Médio diz respeito à elaboração e implantação de um projeto de inclusão para alunos surdos.

É importante ressaltar que essa proposta de escolarização foi a temática que motivou a construção desta monografia. Assim, para que se possa entender melhor seu funcionamento, é preciso descrevê-la conforme foi apresentada aos Gestores Municipais de Educação de Gravataí, à equipe diretiva da Escola Municipal de Educação Especial para Surdos e à equipe diretiva da Escola Municipal de Ensino Médio.

¹⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96.

¹⁸ Fonte: Censo Escolar de 2008. Disponível em: <<http://www.inep.org.br>> Acesso em: 25 jul. 2009.

6. PROJETO DE INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO MÉDIO

O projeto de implantação de acessibilidade para alunos surdos no município de Gravataí funcionou, ao longo de 2008, em uma turma de 1º ano do ensino médio composta por 25 alunos, sendo 7 surdos, e 18 ouvintes.

Esta proposta procurou criar espaços educacionais em que a diferença esteja presente, onde os alunos possam aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. As atividades propostas não são pensadas e preparadas para incluir os alunos surdos nas aulas dos alunos ouvintes, mas para serem integradoras e significativas a todos os alunos que fazem parte do processo de ensino.

O interesse por este trabalho partiu da necessidade de mostrar novas possibilidades de construir uma escola inclusiva, que propicie uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades para os alunos surdos. Desse modo, ciente de que existem, na literatura, poucos estudos sobre essa prática educativa, e que, os que foram feitos apontam, na sua maioria, para uma proposta de educação em escolas especiais, o desenvolvimento desse projeto justifica-se pelo fato de buscar alternativas para o acesso desses alunos no Ensino Médio na perspectiva da educação inclusiva.

Dessa forma, a implantação dessa proposta de escolarização tem como objetivo geral proporcionar um ambiente linguístico adequado à educação de surdos no ensino médio, criando condições de acesso aos saberes escolares através da LIBRAS, e assim, a partir da sua diferença, reconhecer e garantir o direito de todos à educação e aos saberes escolares.

O projeto tem como objetivos específicos: garantir acesso e condições didático-metodológicas para que o aluno surdo se aproprie dos saberes escolares; criar espaço de inclusão dos alunos surdos egressos da Escola Municipal de Educação Especial para Surdos na Escola Municipal de Ensino Médio, em turma mista de ouvintes e surdos, com a presença de professores e intérpretes de LIBRAS; estudar e implantar adaptações curriculares necessárias de modo a assegurar a especificidade da educação intercultural e bilíngue das pessoas surdas, proporcionando ao aluno surdo o acesso e permanência no sistema de ensino; desenvolver ações e estratégias visando ao acompanhamento e à avaliação do processo de inclusão; desenvolver ações e estratégias com o propósito de difundir o uso da LIBRAS; trabalhar o português escrito como segunda língua nas modalidades leitura e escrita.

Para o bom andamento do projeto, algumas providências técnico-administrativas foram tomadas, dentre as quais podemos destacar:

- a) a criação de uma turma mista de alunos surdos e ouvintes; a contratação de duas professoras-intérpretes de LIBRAS, para fazer a intermediação linguística entre os professores ouvintes das diferentes áreas do conhecimento e os alunos surdos;
- b) a contratação de dois professores surdos, sendo um para trabalhar a disciplina de LIBRAS como primeira língua com os alunos surdos, e como segunda língua para os alunos ouvintes, em turmas separadas, e outro para organizar o curso de LIBRAS para toda a comunidade escolar;
- c) a contratação de uma professora ouvinte bilíngue especialista em Português e LIBRAS para trabalhar as disciplinas de Literatura, Língua Portuguesa e Língua Inglesa com os alunos surdos;
- d) a contratação de um professor de Educação Física, incumbido de realizar atividades que possibilitem a socialização entre alunos surdos e ouvintes;
- e) a assessoria de duas profissionais do Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação (NEE/SMED), no sentido de coordenar o processo de inclusão e garantir a qualidade do trabalho, através de avaliações sistemáticas com o grupo de alunos surdos, o grupo de alunos ouvintes, a equipe diretiva da escola de Ensino Médio e os profissionais que atuam em sala de aula.

A escola conta também com uma sala de recursos multifuncionais, onde são realizadas ações pedagógicas específicas, tais como: mediar o processo de aquisição de conhecimento, adotando a LIBRAS como modalidade de comunicação, trabalhar o Português escrito como segunda língua, proporcionar aquisição de LIBRAS pela comunidade escolar e dar atendimento e apoio escolar aos alunos surdos que estão incluídos em outras escolas da rede municipal de ensino.

Como se percebe, a proposta de inclusão contou com a participação de 8 professores especialistas em educação de surdos. Estes profissionais estruturaram uma ampla rede de apoio para todos os membros da comunidade escolar, provocando várias mudanças no cotidiano da escola.

Dessa forma, para colocar em prática essa proposta educativa, foram idealizados três momentos didático-pedagógicos diferentes:

- momento das aulas em turma mista com alunos surdos e ouvintes (TM);
- momento das aulas em turmas separadas (TS);
- atendimento educacional especializado para os alunos surdos na sala de recursos multifuncional (AEE).

No quadro de horários construído para essa turma, veremos a articulação existente entre esses diferentes espaços.

HORÁRIO	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
17h - 19h	AEE		AEE		
19h - 19h40min	PORTUGUÊS T S	QUÍMICA T M	LITERATURA TS	HISTÓRIA TM	BIOLOGIA TM
19h40min - 20h20min	PORTUGUÊS TS	QUÍMICA TM	LIBRAS/SURDOS TS LIT./OUVINTES	HISTÓRIA TM	BIOLOGIA TM
20h20min - 20h50min	PORTUGUÊS TS	QUÍMICA TM	LIBRAS/OUVINTES TS LIT./SURDOS	HISTÓRIA TM	BIOLOGIA TM
20h50min - 21h10min	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
21h10min - 21h50min	INGLÊS TS	FÍSICA TM	ED. FÍSICA TM	GEOGRAFIA TM	MATEMÁTICA TM
21h50min - 22h30min	INGLÊS TS	FÍSICA TM	PSICOLOGIA TM	GEOGRAFIA TM	MATEMÁTICA TM
22h30min - 23h	INGLÊS T S	FÍSICA T M	PSICOLOGIA T M	GEOGRAFIA T M	MATEMÁTICA T M

Tabela 1: Organização de horários para a turma de inclusão/ano letivo de 2008.

Fonte: Núcleo de Educação Especial/Secretaria Municipal de Educação de Gravataí (2009).

Nota:

AEE: Atendimento Educacional Especializado, para os alunos surdos na sala de recursos multifuncional;

TM: Momento das aulas em turma mista com alunos surdos e ouvintes;

TS: Momento das aulas em turmas separadas.

Pode-se observar, pela tabela 1, que as aulas em turmas mistas com alunos surdos e ouvintes (TM) predominavam durante boa parte da semana, sendo direcionadas para as disciplinas de Química, Física, Psicologia, Educação Física, História, Geografia, Biologia e Matemática, resultando em 21 períodos semanais. É importante ressaltar que, nesse momento, os professores titulares dessas disciplinas e os alunos ouvintes contavam com o auxílio de uma professora-intérprete de LIBRAS para interceder à comunicação com os alunos surdos.

O segundo momento a ser destacado diz respeito às aulas em turmas separadas (TS). Neste espaço, as disciplinas de Português, Inglês e Literatura para os alunos surdos eram ministradas por uma professora ouvinte bilíngue proficiente em língua de sinais durante 9 períodos semanais.

Como é possível verificar, a disciplina de LIBRAS também se desenvolvia em turmas separadas (TS). No entanto, apesar de ter como responsável o mesmo professor surdo

especialista em LIBRAS, os objetivos propostos pela disciplina eram diferentes, pois, no momento em que a aula era ministrada para os alunos ouvintes, os conteúdos trabalhados procuravam ensinar formas de comunicação a partir de sinais básicos usados no dia-a-dia, com o intuito de difundir a LIBRAS no ambiente escolar. Enquanto isso, para os alunos surdos, o objetivo era propiciar o aprofundamento no estudo dessa disciplina como primeira língua, envolvendo, por exemplo, questões relativas ao desenvolvimento da gramática e da aprendizagem e uso de novos sinais dentro do contexto escolar.

Deve-se destacar, também, o atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais. De acordo com a tabela 13, esse momento era disponibilizado aos alunos surdos nas segundas e quartas feiras, das 17h às 19 h e contava com a presença de uma professora ouvinte bilíngue especialista em Português e LIBRAS. De acordo com a proposta de inclusão, o objetivo desse momento era propiciar uma interação constante entre os professores da classe comum e do serviço de apoio pedagógico especializado, no sentido de complementar o trabalho realizado com os alunos surdos em sala de aula.

Como se observa, muitas providências foram tomadas no processo de construção deste projeto de inclusão de alunos surdos no Ensino Médio. A criação de novos cargos, professores de apoio e outros espaços educativos são apenas alguns pontos que indicam a complexidade organizativa desta proposta educacional. Dessa forma, tentou-se dar destaque a algumas informações interessantes que o relatório produzido pelas assessoras do Núcleo de Educação Especial expõe e que podem ser consideradas ao se pensar sobre a elaboração de novas alternativas para a escolarização de alunos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o processo de implantação de um projeto de inclusão escolar para alunos surdos em uma escola municipal de Ensino Médio da cidade de Gravataí, localizada na região metropolitana de Porto Alegre.

Para uma melhor compreensão desta proposta educativa, procurei destacar, ao longo do trabalho, alguns conceitos que caracterizam a surdez e o sujeito surdo. Dessa maneira, pude verificar que existe na literatura uma concepção clínica, que caracteriza a surdez como uma deficiência a ser tratada, e uma concepção sócio-antropológica, a qual aponta esta condição vivenciada pelos sujeitos como uma diferença cultural. Ao investigar o histórico da educação dos surdos, verifiquei que estes conceitos influenciaram as abordagens pedagógicas utilizadas ao longo de todo processo de escolarização desses sujeitos.

Atualmente, sob o enfoque de uma abordagem pedagógica bilíngue, é possível encontrar na literatura duas tendências de escolarização que caminham em direções opostas. Na primeira tendência analisada, se faz presente a proposta de uma escola inclusiva, que conta com o apoio de intérpretes de língua de sinais durante as aulas para mediar a comunicação dos alunos surdos com os professores e colegas ouvintes. Por outro lado, e na maior parte das pesquisas encontradas, outra tendência é destacada. Esta diz que a escola inclusiva não atende o direito que os alunos surdos tem de ter uma educação de qualidade, em um ambiente social e linguístico favorável, que respeite as suas singularidades. Esses estudos indicam que os alunos surdos têm necessidades linguísticas diferentes e que, por isso, devem estudar em escolas especiais, sem a presença de alunos ouvintes.

Diante deste contexto divergente, verificamos que o projeto de inclusão de alunos surdos implantado no município de Gravataí procurou mostrar uma alternativa para a escolarização desses sujeitos, que, segundo os dados estatísticos fornecidos pelo MEC, há muito tempo têm sido excluídos do ambiente escolar.

Dessa maneira, partindo do pressuposto que existe um diferencial linguístico entre os alunos surdos e ouvintes, a proposta de inclusão implantada pelo município idealizou três momentos didático-pedagógicos diferentes: momento das aulas em turma mista com alunos surdos e ouvintes, momento das aulas em turmas separadas, e o momento do atendimento educacional especializado para os alunos surdos na sala de recursos multifuncional.

Assim, verificou-se que, além de reconhecer que os surdos têm necessidades linguísticas diferentes, e que, por essa razão, quais precisam ser atendidos em momentos

separados dos ouvintes, o projeto de inclusão nos mostra que a convivência e a experiência de participar de grupos onde existe o desafio da Língua Portuguesa, da LIBRAS e de outras formas de comunicação pode ser rica para os alunos surdos e para os demais integrantes da comunidade escolar.

Percebe-se que, para a efetivação desta proposta inclusiva, foi estruturada uma complexa rede de apoio, composta por oito profissionais de diferentes disciplinas especializados em educação de surdos, demonstrando que existem possibilidades de se construir uma escola inclusiva que propicie uma educação de qualidade, com igualdade de oportunidades para todos os alunos, inclusive aqueles que apresentam surdez.

Nota-se, também, que a existência de um projeto com essas características é respaldada por um debate mais amplo, que tem ocorrido no município de Gravataí, sobre a garantia da escolarização de todas as crianças, em todas as etapas da Educação Básica. Desse modo, as ações realizadas com intuito de qualificar e ampliar o atendimento para os alunos surdos em uma escola municipal de Ensino Médio demonstram que esta proposta de educação inclusiva é vista pelos gestores municipais como um investimento que qualifica a Rede Municipal de Ensino em todas as suas instâncias, e não como um gasto que é oneroso, já que requer a contratação de novos profissionais e a capacitação dos que já estão na escola.

Finalizando, acredito que as discussões sobre ser a favor ou contra a viabilidade das propostas inclusivas deverão recair sobre a forma de como elas têm sido implantadas dentro da escola. Dessa maneira, defendo que projetos dessa natureza, com complexidade organizacional semelhante, sejam desenvolvidos, conhecidos e analisados em outros municípios, por outros pesquisadores, com o objetivo de contribuir com a perspectiva de que a escola possa mudar de forma positiva, repensando suas práticas, criando novas possibilidades frente aos desafios que a inclusão propõe.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. O. C. de. **Leitura e Surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2000.
- BEHARES, L. E. *Nuevas corrientes em la educacion del sordo: de los enfoques clínicos a los culturales*. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v. 1, n. 4, p. 20-52, 1993.
- BORGES, A. R. **Com a Palavra os Surdos: o que eles têm a dizer sobre a escola regular**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, sua Integração Social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde**. Brasília, 1989. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao>> Acesso em: 8 out. 2008
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar 2004-2005**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 9 janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 8 out. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil**. Brasília, 2008b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. Brasília, 2005.
- BUENO, José Geraldo. Educação Inclusiva e Escolarização dos Surdos. **Integração**, Brasília, v. 13, n. 23 p. 37-42, 2001.
- BUTUGAN, O. et al. Diagnóstico Precoce da Deficiência Auditiva no Primeiro Ano de Vida de Crianças com Alto Risco Através de Audiometria de Tronco Cerebral. **Revista Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 115-122, 2000.
- CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: Do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6 n. 1, p 99-116, 2000.

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. Educação da Criança Surda: o bilingüismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v.8 n. 2, p 127-156, 2002.

CECATTO, S. B. et al. Análise das Principais Etiologias de Deficiência Auditiva na Escola Especial "Anne Sullivan". **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, São Paulo, v. 69, n. 2, mar./abr., 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo> Acesso em: 25 jul. 2009.

CONFERÊNCIA DE JOMTIEN. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Tailândia, 1990**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil>> Acesso em: 8 out. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201>> Acesso em: 8 out. 2008.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar de Pessoas com Surdez: uma proposta inclusiva**. 2007. 122f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 8 out. 2008.

DIAS, V. L.; SILVA, V. A.; BRAUN, P. A Inclusão do Aluno com Deficiência Auditiva na Classe Regular: reflexões sobre a prática pedagógica. In: GLAT, Rosana (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Letras, 2007. p. 97-115.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. **Política Educacional para Surdos do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.feneirs.com.br>> Acesso em: 20 maio 2008.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Letras, 2007.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Dados Estatísticos sobre a Economia de Gravataí**. 2ª edição, p.11, 2004. Disponível em: <<http://www.gravatai.gov.br>> Acesso em: 05 maio 2009.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação. **Revista Geração**. Diretrizes da Educação: criando o Sistema Municipal de Ensino, n° 03, p. 12-13, mar./2006.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação. Núcleo de Educação Especial. **Projeto de Inclusão de Surdos no Ensino Médio**: relatório de atividades, jan./2009.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação. **Dados sobre Seleção de Monitores para Trabalhar na Rede Municipal de Ensino**. Disponível em: <<http://www.gravatai.gov.br>> Acesso em: 10 jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Brasília, 2000.

JANNUZZI, G. S. M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século vinte e um**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LACERDA, C. B. F. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência. **Cadernos do CEDES (UNICAMP)**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

LACERDA, C. B. F. Um Pouco da História das Diferentes Abordagens na Educação dos Surdos. **Cadernos CEDES (UNICAMP)**, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 12 nov. 2008.

MENDONÇA, C. L. **Diagnóstico Precoce na Deficiência Auditiva**. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão curso de especialização em Fonoaudiologia Clínica, Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica, Recife; 1999.

MIRANDA, Wilson de Oliveira. **A Experiência e a Pedagogia que Nós Surdos Queremos**. 2007. 152 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MOREIRA, L. C.; TAVARES, T. M. O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais do Ensino Médio no Município de Curitiba: indicativos iniciais para as políticas públicas. In: BATISTA, C. R.; JESUS, D. M. de; CAIADO, K. R. M. (Org.). **Avanços em Políticas de Inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p.191-203.

MOUSSALLE, M. M; Rangel, M. I.; Baú, A.; Wiederkehr L.; Stangler, S.; Gomes, N. H.; Moussalle, S. Prevenção e Abordagem do Uso de Drogas Ototóxicas. **Acta Méd. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 1, 1997.

OLIVEIRA, P.; CASTRO, F.; RIBEIRO, A. Surdez Infantil. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, São Paulo, v.68, n. 3, maio de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 16 jun. 2009

PARVING, A. As Deficiências Auditivas na Infância - epidemiologia e etiologia. **Anais Nestlé**, São Paulo, v. 50, p. 13-17, 1995.

PEDREIRA, S. M. F.; CANDAU, V. M. F.; Educação de Surdos (as) na Escola Inclusiva e Interculturalismo: uma aproximação necessária. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro. , edição semestral, n. 27, p. 20-29, jan./jul., 2007.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PFEIFER, P. V. **Pensando a Integração Social dos Sujeitos Surdos**: uma análise sobre a escolha da modalidade lingüística pela família. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para Ensinar Português para Alunos Surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

REILY, L. O Papel da Igreja nos Primórdios da Educação dos Surdos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 308-326, maio/ago., 2007.

REILY, Lucia Helena. Depoimentos de Alunos Surdos sobre o Cotidiano Escolar na Linguagem do Vídeo. In: **Revista de Educação**. PUC-Campinas, Campinas. n. 11, p. 55-63, nov. 2001.

SCHNEIDER, Roseléia. **Educação de Surdos**: inclusão no ensino regular. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

SILVA, A. C.; NEMBRI, A. G.; **Ouvindo o Silêncio**: educação, linguagem e surdez. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, L. P. A.; QUEIROS, F.; LIMA, I.; Fatores Etiológicos da Deficiência Auditiva em Crianças e Adolescentes de um Centro de Referência APADA em Salvador/BA. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, São Paulo, v. 72, n. 1, jan./fev., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 13 jun. 2009.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. A Localização Política da Educação Bilíngüe para Surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.

SOARES, M. A. L. et al. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

ZANATA, E. M. **Práticas Pedagógicas Inclusivas para Alunos Surdos numa Perspectiva Colaborativa**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2004.

ZMITROWICZ, W.; NETO, G. A. **Infra-Estrutura Urbana São Paulo**: Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, EPUSP, São Paulo, 1997.